

VALIDADE E EFICÁCIA DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Profa. Assoc. Cíntia Rosa Pereira de Lima



1 PLANO DA VALIDADE E OS CONTRATOS DE ADESÃO ELETRÔNICOS

- Art. 104 CC/02
- Vícios do Consentimento:
 - o erro (arts. 138 a 144 CC)
 - o dolo (arts. 145 a 150 CC)
 - a coação (arts. 151 a 155 CC)



EMENTA: CONSUMIDOR. PRELIMINAR REJEITADA. COMPRA E VENDA DE MICROCOMPUTADOR VIA INTERNET. OFERTA. VINCULAÇÃO. [...] A oferta veiculada sobre a venda de microcomputador obriga a empresa ré ao cumprimento da oferta. Aplicabilidade do art. 30 do CDC. Resguarda a segurança dos negócios jurídicos realizados virtualmente. Reconhecimento posterior de equívoco que não exime a responsabilidade da demandada. Circunstâncias do negócio que autorizam seja reconhecida a boa-fé do consumidor, de molde a afastar a incidência da norma contida no art. 138 do CCB/2002. (Precedente RI 71000968362 Acórdão da lavra deste relator). SENTENÇA MANTIDA. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO.

Recurso Cível Nº 71001600568, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 09/10/2008



1.1 CONTRATO CELEBRADO POR MENOR

- Absolutamente incapaz (art. 3º, caput CC): menores de 16 anos
- Nulidade – art. 166, inc. I CC

- Relativamente incapaz (art. 4º, I CC): maiores de dezesseis e menores de dezoito anos
- Anulabilidade – art. 171, inc. I CC

- Art. 180 CC: o menor que, dolosamente, oculta a idade, não pode alegar a incapacidade para anular o negócio jurídico



1.2 FORMA E CONTRATOS ELETRÔNICOS

- Princípio da não discriminação
- Forma ad probationem X Forma ad substantiam
- Art. 104, inc. III CC
- Contratos solenes ou formais podem ser celebrados por meio telemático?



2 CLÁUSULAS ABUSIVAS E CONTRATOS ELETRÔNICOS

- Art. 51 CDC
- Art. 421 CC (função social do contrato)
- Art. 422 CC (boa-fé objetiva)



2.1 TEORIA DA “UNCONSCIONABILITY”

- Desequilíbrio entre as partes contratantes – equidade
- Obrigações injustas assumidas por uma das partes contratantes
- Equitable jurisdiction (Slator v. Nolan (1876), Ir. R. 11 Eq. 367 at 386) - Canada:
- “I take the law of the Court to be, that if two persons, no matter whether a confidential relationship exists between them or not, stand in such a relation to each other that one can take an undue advantage of the other, whether by reason of distress, or recklessness, or wildness, by reason of the circumstances I have mentioned, a transaction resting upon such unconscionable dealing will not be allowed to stand; and there are serveral cases which shew, even where gets a benefit cannot hold it without proving that everything has been right and fair and reasonable on his part”.

